

Educação, trabalho e gênero na sociedade indígena: estudo sobre os Kaingang de Faxinal no Paraná

Education, work and gender in the indigenous society: a study on the Kaingang of the Faxinal community in the state of Paraná

Rosangela Celia FAUSTINO*
Maria Simone Jacomini NOVAK**
Vanessa de Souza LANÇA***

Resumo: A produção acadêmica e bibliográfica voltada para a temática indígena tem revelado a ausência de debates e pesquisas sobre questões de gênero e especificidades das mulheres no interior das organizações socioculturais indígenas. Nesse sentido, o presente texto discute o papel da mulher indígena Kaingang no Paraná, focando sua importância na comunidade. Dentre os fatores analisados, estão as questões socioeconômicas, políticas, educacionais e linguísticas. Por meio de pesquisa qualitativa, quantitativa e bibliográfica, procurou-se verificar se a educação escolar tem priorizado projetos voltados à questão de gênero, bem como ao papel da mulher na sociedade e na escola.

Palavras-chave: Índios Kaingang. Gênero. Educação.

Abstract: The academic production and the reference material available regarding indigenous issues have been revealing a lack of debate and research on issues such as gender and the characteristics of the women within the indigenous organizations dealing with social and cultural matters. Therefore, this paper discusses the role of indigenous Kaingang women in the state of Paraná, focusing on their importance in the community. Among the analyzed factors are the socioeconomic, political, educational and linguistic issues. By means of a qualitative/quantitative research and of the analysis of the available literature, the authors sought to verify whether

* Doutora em Educação pela UFSC, professora adjunto do Departamento de Teoria e Prática da Educação e do Programa de Pós-Graduação em Educação PPE, na Universidade Estadual de Maringá. Pesquisadora do Programa Interdisciplinar de Estudos de Populações-LAB-LAEE/UEM. E-mail: rofaustino@terra.com.br

** Mestre em Educação pela UEM, professora colaboradora do Departamento de Fundamentos da Educação na Universidade Estadual de Maringá. Pesquisadora do Programa Interdisciplinar de Estudos de Populações-LAB/LAEE/UEM. E-mail: simojacomini@bol.com.br

*** Acadêmica do 4º ano de Ciências Sociais da Universidade Estadual de Maringá. Pesquisadora do Programa Interdisciplinar de Estudos de Populações LAB-LAEE/UEM. E-mail: van.lanza@yahoo.com.br

or not the school has prioritized projects aimed at the issues of gender and of the role of women in society and in the school.

Keywords: Kaingang Indians. Gender. Education.

Recebido em: 03/08/2009. Aceito em: 24/09/2009.

1 Introdução

O presente texto apresenta e discute resultados parciais de uma pesquisa em desenvolvimento sobre o papel das mulheres na organização sociocultural Kaingang,¹ com foco sobre questões socioeconômicas, políticas, educacionais e linguísticas do grupo. Por meio de pesquisa qualitativa, quantitativa e bibliográfica, procurou-se verificar se a educação escolar tem desenvolvido projetos voltados à questão de gênero e ao papel da mulher na sociedade e na escola.

A pesquisa qualitativa compreende entrevistas dirigidas e observações de campo realizadas na Terra Indígena Faxinal. A pesquisa quantitativa trabalha com dados educacionais e populacionais levantados nas escolas indígenas de Faxinal e Ivaí, com informações disponibilizadas pela Fundação Nacional do Índio (FUNAI), pela Fundação Nacional de Saúde (Funasa) e com bancos de dados existentes no Programa Interdisciplinar de Estudos de Populações/Laboratório de Arqueologia, Etnologia e Etno-História da Universidade Estadual de Maringá.

A pesquisa bibliográfica abrange levantamentos e estudos de artigos, teses e dissertações que tematizam questões indígenas com foco nas mulheres, bem como documentos emanados dos organismos internacionais – Organização das Nações Unidas (ONU), Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura (Unesco) e Banco Mundial – sobre o tema.

Embora as produções bibliográficas na área de Antropologia, Linguística e Educação sobre populações indígenas tenham aumentado a partir dos anos 1990, evidenciou-se a ausência de debates e pesquisas sobre questões de gênero e especificidades das mulheres no interior das organizações socioculturais indígenas que atentem para questões relacionadas à educação escolar indígena, ao papel das mulheres nessas sociedades e à sua participação na escola.

Esses são fatores relevantes, pois na infância o número de ingresso de meninas indígenas Kaingang na escola é maior; porém, a partir dos 13/14 anos, quando estariam cursando o Ensino Fundamental, em geral elas deixam a escola para se casar e/ou assumir maiores responsabilidades no cuidado dos irmãos menores, nos serviços domésticos e na fabricação e na venda de artesanato, uma vez que essa atividade representa o sustento de cerca de 80% das famílias na grande maioria das comunidades indígenas Kaingang no Paraná.

Entre as mulheres adultas, observamos que elas assumem as responsabilidades domésticas, os cuidados com os filhos, ajudam na roça (principalmente no plantio de batata, de mandioca e na colheita de milho) e confeccionam e vendem artesanato nas cidades, restando-lhes pouquíssimo tempo para descanso, estudo e lazer. A renda da venda do artesanato é utilizada na compra de alimentos, tecidos, roupas e calçados para a família.

Entre as mulheres mais velhas, já aposentadas, identificamos que, em muitos casos, elas são responsáveis pelo sustento e pela educação dos netos e de famílias numerosas, de até 15 membros, pois as filhas passam a se ocupar das atividades do artesanato – que têm se tornado cada vez mais custosas, tendo em vista a

1. A pesquisa, intitulada *Alfabetização e letramento da mulher Kaingang e o papel da escola entre o grupo da Terra Indígena Faxinal no Paraná* é financiada pelo CNPq, coordenada pela prof. dra. Rosângela Célia Faustino, da Universidade Estadual de Maringá, e tem vigência no período de 01/12/2008 a 31/5/2010.

devastação do meio ambiente e a dificuldade em se encontrar a principal matéria-prima, a taquara (*Bambusa vulgaris*). De forma geral, as avós têm grande participação no cuidado e na educação das crianças, ensinando-lhes a língua e inserindo-as no mundo da cultura Kaingang.

A pesquisa revelou ser a mulher Kaingang um elemento importante na organização socio-cultural do grupo, porém, embora participe das assembleias comunitárias que ocorrem periodicamente nas Terras Indígenas para tratar de assuntos de interesse da comunidade e tenha algum poder de decisão, seus aconselhamentos se dão apenas no âmbito doméstico, pois a chefia funciona no sistema de cacicado (FERNANDES, 2003), em que o papel do homem é preponderante. Nas vinte Terras Indígenas demarcadas no Paraná, 12 delas habitadas por indígenas Kaingang, historicamente, os caciques e os demais líderes políticos são todos do sexo masculino.

A pesquisa revelou que as mulheres Kaingang desconhecem os instrumentos legais internacionais estabelecidos pela ONU – a “Declaração das Nações Unidas sobre os direitos dos povos indígenas” (2008); a “Convenção para a eliminação de todas as formas de discriminação contra as mulheres” (1979); a “Convenção sobre os direitos políticos da mulher” (1953) – que garantem igualdade entre os sexos e direito de participação política em todos os cargos públicos.

Não há espaços organizados que favoreçam a discussão de assuntos relacionados aos interesses das mulheres, tais como: maternidade, trabalho, lazer, formação, saúde, nem foram identificadas políticas públicas específicas, com foco na questão de gênero, entre os indígenas Kaingang no Paraná.

2 Breve histórico sobre os Kaingang da Terra Indígena Faxinal

O povo Kaingang pertence ao grupo linguístico Macro-Jê e constituiu-se como uma das mais numerosas etnias brasileiras, sendo a maior da região Sul e também a que possui o maior número de falantes da língua materna, o kaingang. Atualmente, os grupos vivem em Terras Indígenas, chamadas também de aldeias, loca-

lizadas nos estados do Paraná, Santa Catarina, Rio Grande do Sul e São Paulo.

No Paraná, as regiões tradicionalmente habitadas por populações Kaingang foram, desde o século XVI, intensivamente conquistadas pela sociedade luso-brasileira, que utilizou os territórios indígenas para agricultura e colonização. Esse processo de ocupação dos territórios foi longo, estendendo-se até meados do século XX, quando todos os grupos indígenas do estado foram aldeados em áreas delimitadas.

A Terra Indígena Faxinal, localizada no município de Cândido de Abreu e demarcada no início do século XX, possui uma área atual de aproximadamente 2.043 ha, onde vive uma população estimada em seiscentas pessoas da etnia Kaingang. Nessa Terra, a maioria da população é bilíngue kaingang/português, mas algumas mulheres e pessoas mais idosas apresentam bastante dificuldade na compreensão e na expressão da língua portuguesa.

Assim como em outras Terras Indígenas do Paraná, a comunidade de Faxinal mantém sua economia baseada na agricultura, mas, em razão do desgaste da terra, da falta ou atraso no recebimento das sementes, da dificuldade no controle das pragas, etc., o sistema de roças familiares não tem sido suficiente para o sustento das famílias. Por isso, a comunidade busca renda no trabalho assalariado temporário, que, no entanto, é bastante escasso em virtude da mecanização da agricultura do entorno.

Outra fonte importante de renda é o artesanato: confeccionado na aldeia, é trocado por alimentos ou vendido em cidades vizinhas. Essa atividade envolve diversos membros da família no processo que vai desde a busca e o corte da matéria-prima, a taquara, passando pelo tratamento e a confecção (feitos prioritariamente pelas mulheres), até o deslocamento de famílias inteiras para as cidades, lá permanecendo por vários dias até venderem todas as peças, compostas por balaios, cestos, peneiras, chapéus, chocalhos, etc.

Essa fonte de renda, embora importante para o sustento da comunidade, não favorece a frequência das crianças pequenas, meninas jovens e mulheres adultas à escola, pois, além da

procura da taquara, que lhes toma dias de trabalho árduo, em determinadas ocasiões as famílias ficam até trinta dias nas cidades, várias vezes ao ano, para a comercialização do artesanato. A dedicação a essa atividade incide em muitas faltas, em dificuldade de acompanhamento dos conteúdos e leva a frequentes desistências da escola.

O padrão de renda da população indígena é similar ou mesmo mais precário que o das populações mais desprotegidas da sociedade brasileira. Conforme Relatório elaborado pelo Conselho Indigenista Missionário (Cimi) (CIMI,

2006-2007), a proporção de indígenas que têm renda inferior a $\frac{1}{4}$ do salário mínimo em domicílios rurais é de 64% no Brasil, enquanto a proporção diminui para a pobreza urbana (15%). Ou seja, $\frac{2}{3}$ dos “indígenas rurais” estão em situação de pobreza extrema, tendendo, muitas vezes, a migrar para as cidades em busca de oportunidades de subsistência.

O Gráfico 1 explicita a situação de pobreza e de vulnerabilidade indígena, principalmente das crianças:

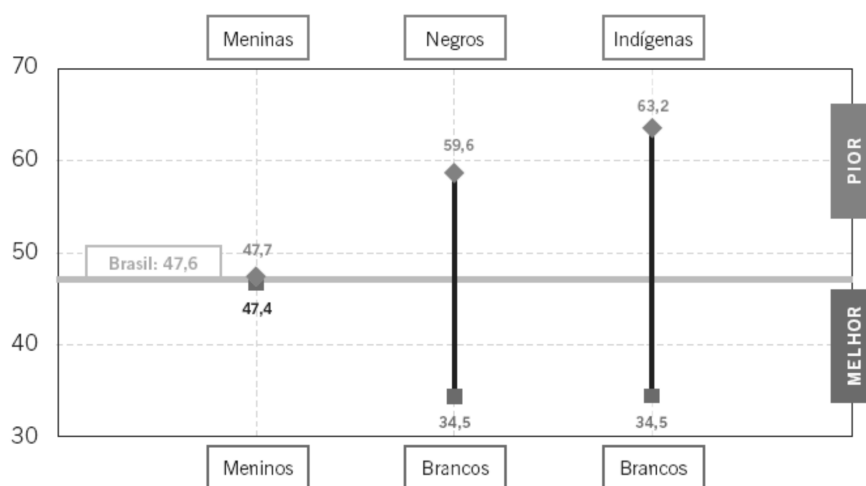


Gráfico 1 – Percentual de crianças pobres, Brasil, 2004 (%)

Fonte: IBGE/PNAD 2004, Tabulação especial. Elaboração: IBGE/UNICEF

Nota: Crianças pobres vivendo em famílias com rendimento mensal per capita de até $\frac{1}{2}$ salário-mínimo.

Um estudo divulgado pelo Banco Mundial afirma que, apesar dos esforços para reduzir a pobreza na América Latina, mais de 80% dos indígenas latino-americanos vivem na pobreza extrema, uma tendência que pouco mudou desde a década de 1990, quando foram registrados diversos progressos econômicos. (*Folha de S.Paulo*, 1º de março de 2007):

[...] o fato é que a situação das populações indígenas é de desproteção, seja pela ausência de políticas direcionadas a essas populações, ou pela desorganização dos modos de produção de subsistência tradicionais, advinda do contato e das pressões ocasionadas pelas frentes de expansão da sociedade nacional brasileira (CIMI, Relatório 2008, p. 23).

A taxa de analfabetismo é outro dos indicadores que expressam as desigualdades étnicas: 26% da população indígena acima de 15 anos é analfabeta, enquanto 20% dos negros e 8% dos brancos estão na mesma situação. (CIMI, Relatório 2008, p. 23).

Estudos acadêmicos evidenciam que, de modo geral, “jovens que experienciam a pobreza durante a infância têm uma probabilidade 300% maior de não concluir a escola secundária do que crianças que nunca foram pobres”. (APPLE, 2001, p. 122).

Problemas advindos da ausência de renda para todos nas Terras Indígenas, da pobreza e da falta de recursos para o plantio das roças,

e agravados pela falta de acesso a bens e serviços, levam os homens a perambular à procura de oportunidades nas cidades próximas, situação que favorece o aumento do índice de alcoolismo entre eles. As mulheres acabam penalizadas por essa situação, que redobra sua responsabilidade no sustento da família, muitas vezes transformando-as em vítimas da violência dos companheiros embriagados e sem perspectivas de trabalho.

Dessa maneira, o leque de questões relativas à condição da mulher indígena nos leva a refletir sobre a existência de uma dupla exclusão, de etnia e de sexo, a que estão submetidas, tanto por parte da sociedade dominante como no interior das comunidades em que vivem.

Não há pesquisas que abordem a influência desses fatores na aprendizagem e no desempenho escolar das meninas e mulheres Kaingang; no entanto, no âmbito da pesquisa que vem sendo desenvolvida a respeito dos Kaingang de Faxinal, tem se revelado necessário atentar para as especificidades das mulheres, procurando retirá-las da “invisibilidade” que “impede” os órgãos competentes de elaborar políticas públicas necessárias para lhes assegurar maiores e melhores garantias de acesso e permanência na escola. Isso propiciaria que elas se valessem do papel fundamental que desempenham na manutenção e na reprodução da cultura e lutassem, junto a seus companheiros, filhos e parentes, em condições igualitárias, a favor dos direitos de seu povo.

3 As questões de gênero e a temática indígena

As discussões sobre gênero na academia, de uma forma geral, se ampliaram a partir das décadas de 1970 e 1980, impulsionadas pelas políticas internacionais de diversidade cultural, pela redemocratização política dos países da América Latina e pelos movimentos sociais da época.

A condição da mulher indígena passa a ser tema de reflexões principalmente a partir de 1990, porém, desde fins da década anterior, emergiram algumas organizações de mulheres indígenas, por exemplo, na Amazônia brasileira,

que, como observa Sacchi (2003, p. 100), apresentaram crescente participação em “encontros, oficinas e conferências nacionais e internacionais promovidos pelas organizações indígenas, instâncias estatais e não governamentais”.

As primeiras organizações de mulheres indígenas – a Associação das Mulheres Indígenas do Alto Rio Negro (AMARN) e a Associação das Mulheres Indígenas do Distrito de Taracuaá, Rio Uaupés e Tiquié (Amitrut) – alicerçaram-se em debates sobre temáticas da saúde, educação, educação ambiental e territórios indígenas em um momento em que as políticas públicas internacionais abriam espaços para esses debates. (FAUSTINO, 2006).

Documentos como a “*Convenção contra todas as formas de discriminação racial*” (1965) e a “*Convenção contra todas as formas de discriminação contra a mulher*” (1979) abriram espaço para que durante toda a década de 1990 a ONU, em suas conferências, colocasse em pauta a busca por meios que pudessem desenvolver a igualdade entre homens e mulheres, o respeito aos diversos grupos étnicos, com vistas à superação de qualquer forma de exclusão social.

No Brasil, a Constituição de 1988, impulsionada por esse contexto internacional, tornou-se a primeira na América Latina a reconhecer a diversidade cultural existente na sociedade, reconhecendo os povos indígenas como cidadãos, assegurando-lhes o direito à diferença e o reconhecimento de suas organizações socioculturais (tradições, crenças, costumes, línguas), direitos territoriais sobre as terras tradicionalmente ocupadas, bem como a elaboração de uma política educacional bilíngue e intercultural.

Nesse período, discussões voltadas ao tema do reconhecimento da diversidade com base na política multicultural avançaram para além do plano legal instituído pela Constituição de 1988, e o assunto tomou temporalidade e caminhos mais amplos – como se pode observar na bibliografia analisada – durante os anos 1990, uma vez que essa discussão envolve desde direitos humanos, perpassando direitos indígenas e vinculando-se a discussões sobre políticas públicas para essas populações. Esse contexto de mudanças nos leva a refletir sobre

questões que envolvem o papel e os direitos específicos da mulher indígena, com o intuito de identificar possíveis conquistas obtidas a partir da garantia legal.

Ao estudar as organizações de mulheres indígenas e sua crescente participação nas esferas públicas, Sacchi (2003) observou que as demandas dessas mulheres se configuram, acima de tudo, às demandas do movimento indígena de forma geral, mas que também vêm desenvolvendo “um discurso e uma prática política a partir de uma perspectiva de gênero”. Como exemplo, no II Encontro de Mulheres Indígenas da Amazônia Brasileira, realizado em Manaus no ano de 2003, foram abordados, entre outros temas, a questão da violência contra a mulher, o estupro, a prostituição, e foram reivindicados maior participação política e apoio dos homens para que as mulheres pudessem se capacitar e levar adiante seus projetos.

Ao reforçarem a luta pelas necessidades de seus povos, portanto, percebem que “tem coisas específicas da mulher, a violência, o estupro, a bebida, o abandono, a separação de casais, que não é o movimento maior que vai discutir”. Juntamente com a introdução de novas temáticas, pedem participação efetiva nas tomadas de decisão e na ocupação de cargos em diversas áreas (saúde, educação, política, etc.) [...] (SACCHI, 2003, p. 102-103).

Evidencia-se que, embora as mulheres indígenas, em muitas regiões do Brasil, venham lutando para garantir o reconhecimento e conquistar mais espaço dentro das agendas das reivindicações dessas populações, é necessária ainda uma maior visibilidade nas instituições competentes que tratam das políticas voltadas aos indígenas, pois, segundo Verdum (2008, p. 15), “[...] o que se constata é que as mulheres são ainda quase que “invisíveis” para o indigenismo brasileiro, apesar dos avanços efetivados nos últimos anos, no Brasil, no tocante às políticas sociais”.

A pesquisa empírica sobre os grupos Kaingang no Paraná tem evidenciado que, de fato, a mulher indígena ainda tem pouca participação nas instâncias políticas institucionais, tais como as referentes à educação, saúde e liderança.

O papel político da mulher Kaingang não tem visibilidade, uma vez que ela atua mais em uma política doméstica, ou seja, em conversas com o marido sobre os temas de interesse da comunidade, podendo este incorporar e transmitir essas ideias em espaços públicos como as assembleias comunitárias e as reuniões com a sociedade envolvente.

O que sobressai é o papel da mulher na economia do grupo, pois é ela que está à frente da produção e da comercialização do artesanato, uma das principais fontes de renda da comunidade. A mulher Kaingang organiza, em uma espécie de mutirão, essa produção, geralmente entre seu grupo familiar, convidando outras mulheres para a retirada da taquara, preparo e confecção da cestaria.

Com o desmatamento que atinge quase todo o entorno das Terras Indígenas no Paraná, levando à ausência da matéria-prima principal – a taquara –, essa atividade está cada vez mais onerosa para as mulheres, pois, somada aos trabalhos domésticos e aos cuidados com as crianças pequenas, faz que lhes reste cada vez menos tempo para os estudos, o lazer e a participação política.

Em termos de organizações sociais, não se encontraram evidências de que as mulheres Kaingang de Faxinal ou de Ivaí participem de algum tipo de entidade de gênero. A Associação Comunitária existente em Faxinal é conduzida por indígenas do sexo masculino e não atua com nenhuma reivindicação específica acerca da questão da mulher.

4 O papel educativo da mulher indígena

Diferentes estudos (PSACHAROPOULOS, PATRINOS, 1993; PARTRIDGE, UQUILLAS, JOHNS, 1996; BENGGOA, 1993; HOPENHAYN, 1998; BANCO MUNDIAL/FLACSO, 2000) demonstram que os povos indígenas situam-se nas camadas mais pobres da população latino-americana. Um dos fatores apontados que contribui para essa situação é a falta de acesso a bens e serviços como educação e informação.

O estudo de Psacharopoulos e Patrinos (1993) afirma que a situação de pobreza vincula-

se a discriminação, que tem excluído os povos indígenas da participação na cidadania, em razão da falta de escolaridade adequada. Os autores também ressaltam que a baixa escolaridade dos pais/mães se reflete na escolaridade dos filhos. Por isso, existem altos índices de reprovação, repetência e desistência da escola entre as crianças indígenas.

Durante muito tempo, a educação destinada aos povos indígenas desconsiderou os aspectos socioculturais dos grupos, as línguas maternas, a oralidade e os conhecimentos tradicionais, imputando-lhes uma educação domesticadora e integracionista. Atualmente, esse quadro está sofrendo alterações em virtude da implementação de uma política de educação escolar indígena mais voltada aos interesses étnicos.

Essa política, baseada em orientações emanadas dos organismos internacionais (FAUSTINO, 2006) nos anos 1990, preconiza o reconhecimento e o respeito à diversidade cultural, com o intuito de garantir aos povos indígenas o direito a uma educação diferenciada, intercultural e bilíngue.

No Brasil, com a Constituição de 1988 orientada por esses princípios, uma série de decretos, portarias e leis referentes à educação escolar indígena foi criada durante a década de 1990. Esse processo teve início por meio do Decreto nº 26/1991 (BRASIL, 1991), que retirou da FUNAI a coordenação de ações referentes à educação indígena, atribuindo-a ao Ministério da Educação (MEC). A partir dessas ações, toda a legislação subsequente contribuiu, de forma geral, para mudanças nos projetos de educação escolar indígena, porém, por sua generalidade, não foi suficiente para garantir a participação igualitária das mulheres na escola.

Os avanços foram registrados na formação e na contratação, ainda que por período determinado, de um maior número de professores e professoras indígenas, na criação de grupos de estudos (GTs) – como é o caso do GT de Educação Xetá, criado em 2008 – com a participação de universidades e outras instituições ligadas à questão indígena, no investimento em publicações e materiais didáticos específicos, bilíngues e interculturais tendo a participação indígena.

De acordo com os estudos mencionados e com os diagnósticos de Shelton H. (2003) e Hopenhayn (1996), existe a necessidade de uma educação que priorize a permanência das mulheres na escola, pois ela desempenha um importante papel para o grupo:

Há uma quantidade relativamente limitada da atenção colocada atualmente na participação de mulheres indígenas [...] dado o papel chave que as mulheres indígenas desempenham na transmissão de línguas e culturas indígenas, assim como o acesso mais limitado de meninas indígenas à educação primária e secundária em muitos países latino-americanos, mais atenção deve ser prestada aos problemas de gênero em todos os aspectos do esboço, da execução e da avaliação dos projetos. (SHELTON H., 2003, p. 8).

No Paraná, ainda não foram desenvolvidos projetos que enfatizem o papel e a importância da mulher indígena nos processos educativos. Não existem pesquisas que visem conhecer e discutir o papel educativo que a mulher indígena desempenha na comunidade e sua importância na manutenção/transmissão da língua e da cultura às novas gerações.

Por outro lado, são importantes também intervenções educativas que contribuam para o acesso às informações por parte das mulheres indígenas, tais como aquelas relacionadas aos direitos da mulher, estabelecidas pela ONU: direito à vida, à liberdade, à segurança pessoal, à igualdade e a estar livre de todas as formas de discriminação, direito à liberdade de pensamento, à informação e à educação, direito à privacidade, à saúde e à proteção desta, direito a construir relacionamento conjugal e a planejar sua família, direito a decidir ter ou não ter filhos e quando tê-los, direito aos benefícios do progresso científico, direito à liberdade de reunião e participação política, direito a não ser submetida a torturas e maus-tratos.

As entrevistas realizadas no âmbito desta pesquisa evidenciaram que as mulheres indígenas desconhecem esses direitos e não pensam em reivindicá-los, uma vez que, na organização sociocultural Kaingang, os homens assumem os papéis de liderança e determinam os direitos e os deveres das mulheres, que muitas vezes

sofrem maus-tratos, tendo de assumir, além dos trabalhos domésticos, a responsabilidade sobre o sustento da família.

Entre os Kaingang, a mulher também trabalha na roça plantando e colhendo batata e colhendo milho. O milho geralmente é plantado pelos homens, mas a colheita e a preparação dos alimentos são tarefas das mulheres. Na roça familiar, o homem prepara o terreno e planta; a mulher colhe, leva o cesto, enche de milho e o carrega na cabeça até a casa, percorrendo a pé distâncias de até 15 quilômetros diários, acompanhada das crianças menores. Em casa ela debulha, soca o milho no pilão e prepara o bolo azedo, o *emi*, sendo esta uma das atividades tradicionais que a mulher indígena pratica.

Além desse trabalho, a mulher lava roupas, cozinha, cuida dos filhos, busca taquara, faz e comercializa nas cidades o artesanato. Na atividade de venda do artesanato, ela leva os filhos pequenos e caminha com eles muitos quilôme-

tros por dia. Com todas essas atividades diárias, resta pouco tempo para as mulheres indígenas, desde muito novas, se dedicarem aos estudos.

Em razão da ausência de pesquisas, não existem informações específicas que revelem a escolaridade da mulher Kaingang no Paraná; os poucos dados são resultantes de estudos gerais e de pesquisas que não abordam essa questão especificamente (FAUSTINO, 2006; BURATTO, MOTA, 2003). A pesquisa que deu origem a este texto revelou que as mulheres mais velhas, que têm entre trinta e oitenta anos, apresentam maiores dificuldades com a língua portuguesa e menor tempo de permanência na escola.

O levantamento de dados feito na Escola Indígena Cacique Salvador Venhy e no Colégio Indígena Cacique Gregório Kaekchot – que atendem a um total de 532 estudantes indígenas –, na Terra Indígena Ivaí, no ano de 2008, revela a seguinte situação, demonstrada no Gráfico 2:

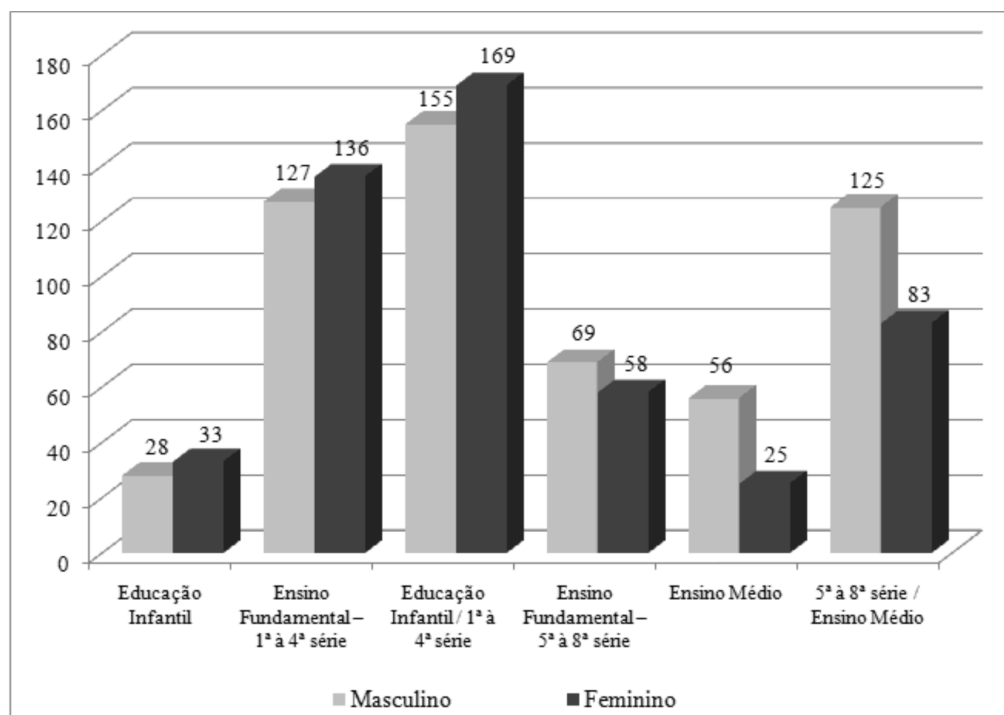


Gráfico 2 - Relação entre meninos e meninas matriculados na Escola Indígena Cacique Salvador Venhy e no Colégio Indígena Cacique Gregório Kaekchot na T. I. Ivaí em 2008. Fonte: Gráfico elaborado a partir dos dados levantados no Colégio Indígena Cacique Gregório Kaekchot e na Escola Indígena Cacique Salvador Venhy na Terra Indígena Ivaí, relativos ao ano de 2008. Elaboração: LAEE-UEM

Esses dados demonstram que, embora as populações tanto da Terra Indígena Faxinal como de Ivaí apresentem equivalência em termos do percentual de mulheres e homens, meninos e meninas, o ingresso e a permanência na Educação Infantil e nas séries iniciais do Ensino Fundamental contam com número maior de meninas, porém, por volta dos 13/14 anos, as meninas Kaingang deixam de ir à escola, ocorrendo uma prevalência de meninos. No Ensino Médio, a diferença é ainda maior, mostrando que as mulheres Kaingang têm dificuldade de ascender a níveis mais elevados de escolaridade.

As entrevistas dirigidas têm apontado que o abandono da escola se dá, majoritariamente, pelas meninas em decorrência do casamento, que ocorre por volta dos 13/14 anos; de gravidez nesse período; ou pelo fato de assumirem, nessa idade, maiores responsabilidades domésticas e na produção/venda do artesanato.

5 Considerações finais

É necessário ressaltar que, diante da histórica desterritorialização dos povos indígenas e após seu “confinamento” em pequenas áreas e sua “submissão” ao sistema de mercado, eles foram obrigados, muitas vezes, a vender sua força de trabalho em ocupações precárias para garantir a sobrevivência. Nos postos de trabalho, enfrentam discriminação por sua origem étnica, pela falta de qualificação profissional e de experiência, uma vez que nas Terras Indígenas as relações de trabalho são comunitárias.

Se, tradicionalmente, na organização sociocultural Kaingang a mulher deve se casar e assumir as responsabilidades domésticas por volta dos 13/14 anos, também é certo que, a partir do aldeamento, com a perda do sustento baseado na caça, na pesca e na coleta, a escola assumiu um papel importante para o grupo, pois por meio dela os indígenas têm acesso a conhecimentos, informações, alguns empregos para professores, serventes e merendeiras indígenas, alimentação regular para as crianças e jovens em forma de merenda escolar, bolsa família e outras políticas públicas que envolvem a escola.

Porém, essa instituição, defendida pelo grupo e por suas lideranças como um elemento capaz de garantir à comunidade uma melhor qualidade de vida, não tem assegurado à mulher Kaingang o acesso igualitário, haja vista, por exemplo, que na escola Cacique Antonio Tyn Tynh, situada na Terra Indígena Faxinal, a única professora indígena que lá atuava foi recentemente afastada do trabalho por não ter a formação exigida para o exercício do magistério.

As consequências da falta de acesso igualitário da mulher à escola em níveis mais elevados de educação refletirão, certamente, no longo prazo, em uma menor presença da mulher nos empregos existentes na aldeia, tais como professor, agente indígena de saúde, etc., que já são, em sua maioria, ocupados por homens, restando às mulheres o trabalho doméstico, na agricultura e no artesanato.

A atividade do artesanato as obriga a percorrer longas distâncias com filhas e filhos pequenos, primeiro, em busca da matéria-prima, depois, na comercialização, expondo as crianças ao tráfego das rodovias movimentadas que dão acesso às cidades, sob climas desfavoráveis (sol, chuvas, calor ou frio intenso) à saúde infantil e da própria mulher. Uma vez nas cidades, não encontram lugares adequados para a higiene pessoal (banhos, troca de fraldas, excreções) nem para pernoites seguros. Geralmente alojam-se em construções abandonadas, expondo-se a intempéries e violências.

Na atividade de confecção e de venda do artesanato, embora haja um componente cultural importante (TOMMASINO, 1995) que não pode ser reduzido às questões práticas, neste texto a ênfase é dada às questões do trabalho, do sustento do grupo e da desigualdade entre sexos, que influenciam as condições de ingresso e de permanência da mulher Kaingang na escola indígena e, conseqüentemente, o acesso aos empregos remunerados existentes nas aldeias.

Além de políticas públicas que ampliem as possibilidades de acesso da mulher indígena à renda, os projetos educativos deveriam contribuir para a reflexão e a discussão sobre a equiparação de direitos, questionando a desigualdade entre os sexos.

Referências

- APPLE, Michael W. **Política cultural e educação**. São Paulo: Cortez, 2001.
- BANCO MUNDIAL/FLACSO. **Exclusão social e redução da pobreza na América Latina e Caribe**. São José: FLACSO/Banco Mundial, 2003. 312 p.
- BENGOA, José. Desarrollo con identidad: la cuestión del desarrollo indígena en América Latina. In: UQUILLAS, J. E.; RIVERA, J. C. **Pueblos indígenas y desarrollo en América Latina**. Washington: Banco Mundial, 1993, p. 73-82.
- BURATTO, Lucia G.; MOTA, Lucio T. A exclusão dos excluídos: evasão e repetência escolar entre os índios Kaingang das Terras Indígenas de Ivaí e Faxinal – PR – Brasil. In: SEMINÁRIO INTERNACIONAL EDUCAÇÃO INTERCULTURAL, GÊNERO E MOVIMENTOS SOCIAIS, 2. **Anais...** Florianópolis: Projeto Rizoma, 2003. v. 1.
- CIMI (Conselho Indigenista Missionário). **Violência contra os povos indígenas no Brasil**. Relatório 2006-2007. Brasília, 2008
- FAUSTINO, Rosângela C. **Política educacional nos anos de 1990**: o multiculturalismo e a interculturalidade na educação escolar indígena. 2006. Tese (Doutorado em Educação) – Programa de Pós-Graduação em Educação, Centro de Ciências da Educação, Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 2006.
- FERNANDES, Ricardo Cid. **Política e parentesco entre os Kaingang**. 2003. Tese (Doutorado em Antropologia Social) - Departamento de Antropologia, Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2003.
- HOPENHAYN, Martín. **La pobreza en conceptos, realidades y políticas**: una perspectiva regional con énfasis en minorías étnicas. Taller Regional para la Adopción e Implementación de Políticas de Acción Afirmativa para Afrodescendientes de América Latina y el Caribe. Montevideo: Cepal, 2003.
- MOTA, Lucio Tadeu (Org.) **Diagnóstico etno-ambiental da Terra Indígena Ivaí - PR**. Programa Interdisciplinar de Estudos de Populações. Maringá: UEM/LAAE, 2003.
- NAÇÕES UNIDAS. **Declaração das Nações Unidas sobre os Direitos dos Povos Indígenas**. Rio de Janeiro: Nações Unidas, 2008. Disponível em: <www.un.org/esa/socdev/unpfii/documents/DRIPS_pt.pdf>. Acesso em: maio 2009.
- PARTRIDGE, W. L.; UQUILLAS, J. E.; JOHNS, K. **Including the excluded**: ethnodelopment in Latin America. In: ANNUAL WORLD BANK CONFERENCE ON DEVELOPMENT IN LATIN AMERICA AND THE CARIBBEAN, 2. Bogotá – Colômbia: World Bank, 1996. Disponível em: <<http://info.worldbank.org>>. Acesso em: jul. 2005.
- PSACHAROPOULOS, G.; PATRINOS, H. A. (Eds.). **Indigenous people and poverty in Latin America: an empirical analysis**. Washington: World Bank, 1993. 256 p.
- SACCHI, Ângela. Mulheres indígenas e participação política: a discussão de gênero nas organizações de mulheres indígenas. **Revista Anthropológicas**, Pernambuco, ano 7, v. 14 (1 e 2), p. 95-110, 2003.
- SHELTON H., Davis. **Indigenous peoples, poverty and participatory development**: the experience of the World Bank in Latin America. Georgetown University, School of Foreign Service, Entrecaminos Spring 2003, 1.
- SILVA, Frederico A. Barbosa da; ARAÚJO, Herton Ellery; SOUZA, André Luis. **Diagnóstico da situação das populações indígenas no Brasil**. IPEA – Grupo de Trabalho sobre Populações Indígenas da Câmara de Política Social, 2005.
- TOMMASINO, K. **A história dos Kaingang da Baía do Tibagi**: uma sociedade Jê Meridional em movimento. 1995. Tese (Doutorado em Antropologia) – Departamento de Antropologia, Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo: São Paulo, 1995.
- VERDUM, Ricardo (Org.). **Mulheres indígenas, direitos e políticas públicas**. Brasília: Inesc, 2008.